

Governo aprova investimento em três centrais solares em Santarém

20 de Agosto, 2018

O Governo aprovou na passada semana três novas centrais solares sem subsídios pagos pelos consumidores, que serão promovidas pela Escalabis Solar, num investimento de 81 milhões de euros para uma capacidade instalada total de 145,5 megawatts.

“O Governo já autorizou mais de 1.000 megawatts de energia solar sem que as famílias portuguesas tenham de pagar qualquer tipo de subsídio na fatura de eletricidade, sem tarifas ‘feed-in’ [sem apoios à produção]. Estas novas centrais inserem-se na mudança de paradigma de redução de custos no sistema elétrico nacional que o Governo tem vindo a implementar: Renováveis sim, mais custos para as famílias não”, disse o secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, em comunicado.

As centrais (de Alforgemel, Casal do Paul e Encarnado) vão localizar-se em Almoester, concelho e distrito de Santarém. Segundo o Governo, cada um destes parques vai ter 161,67 mil painéis fotovoltaicos, num total conjunto de 485 mil painéis fotovoltaicos. A potência de cada central vai atingir os 48,5 megawatts, com a capacidade instalada combinada dos três parques a alcançar os 145,5 megawatts.

Segundo o Governo, será a Escalabis Solar a empresa promotora dos parques, que prevê efetuar um investimento de 27 milhões de euros em cada um, com o montante total a atingir os 81 milhões de euros.

“As centrais solares aprovadas no passado vão custar só este ano cerca de 134 milhões de euros às famílias, com os consumidores a pagarem mais de 300 euros por megawatt hora por esta energia, o valor mais elevado entre as diferentes fontes de eletricidade subsidiadas em Portugal”, afirmou o secretário de Estado da Energia.

Segundo o Governo, Portugal está “em linha” para cumprir até 2020 a sua meta de 31% de incorporação de energias renováveis no consumo final de energia. A meta europeia para 2030 foi recentemente fixada nos 32%, mas o Governo continua a defender metas mais ambiciosas, de 40% até 2030, “mas sem que as novas centrais tenham de ser pagas pelos consumidores”, segundo o secretário de Estado da Energia.